



# Simpósio de Integração Acadêmica

“Bicentenário da Independência: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e 96 anos de contribuição da UFV”

SIA UFV 2022



## “Pais-jovens” e as práticas educativas instituídas nos lares brasileiros: a construção e efetivação do princípio da paternidade responsável

Modalidade: Pesquisa | Área do Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais | Área temática: Economia Doméstica

Gleisiene Aparecida da Silva Rigueira<sup>1</sup> ; Fernanda Rayol Campana Pires<sup>2</sup> ; Lilian Perdigão Caixeta Reis<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestranda em Economia Doméstica – UFV, [gleisiene.silva@ufv.br](mailto:gleisiene.silva@ufv.br) ; <sup>2</sup> Mestranda em Economia Doméstica – UFV, [fernanda.r.pires@ufv.br](mailto:fernanda.r.pires@ufv.br) ;

<sup>3</sup> Professora Orientadora: Docente do Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica – UFV, [lilian.perdigão@ufv.br](mailto:lilian.perdigão@ufv.br)

### Introdução

Nas últimas décadas, ocorreram uma série de mudanças na sociedade brasileira que impactaram diretamente as relações familiares instituídas nos lares, sobretudo, no que se refere ao papel do homem/pai nessa sociedade e nessas famílias. Percebe-se, então, um momento de transição, posto que, um pai que era apenas provedor do lar tornar-se também participativo e afetivo. Sendo assim, o tema desta pesquisa é a correlação entre o princípio constitucional da paternidade responsável e as práticas educativas no âmbito familiar brasileiro, instituídas pelos “pais-jovens”, categoria compreendida por homens/pais, com idade entre 25 a 29 anos.

### Objetivos

Investigar como as práticas educativas instituídas nos lares brasileiros, pelos “pais-jovens”, podem auxiliar na construção e efetivação do princípio constitucional da paternidade responsável.

### Material e Métodos

O trabalho estruturou-se em uma pesquisa qualitativa documental, tendo como método a revisão de literatura narrativa, utilizando artigos e dissertações nacionais, obtidos por meio de buscas nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, com os descritores “paternidade responsável, gênero e pais-jovens”. Incluindo-se os estudos que consideram a paternidade no âmbito do Direito e da Educação, através das práticas educativas e questões de gênero, e excluindo-se os estudos relacionados a enfermagem, ao divórcio e a criminalidade, foram selecionados para a análise trinta e seis trabalhos. Por abrangerem de forma parcial a temática, culminou-se na consolidação desta pesquisa em quatro seções: I) A construção do princípio da paternidade responsável no ordenamento jurídico; II) Do pai provedor ao pai colaborativo: uma construção histórica e intergeracional; III) Equidade de gênero e práticas educativas nos lares brasileiros; IV) Juventude e

paternidade contemporânea. Tais seções, que dialogam entre si, trazem as ideias e representações de autores, acerca do tema proposto, proporcionando ao final, uma reflexão acerca da correlação entre o princípio da paternidade responsável e as práticas educativas dos “pais-jovens”, nos lares brasileiros.

### Resultados e Discussão

No campo da Educação, quando o assunto é a desigualdade de gênero, percebeu-se a prevalência de estudos voltados para o ambiente escolar, e pouca ênfase para a educação familiar. Já no âmbito do Direito, não há nenhuma relação do princípio da paternidade responsável com as práticas educativas familiares. A categoria “pais-jovens”, representa o momento histórico de transição do pai provedor para o pai participativo, através das práticas educativas no âmbito familiar, como quebra de paradigma nos papéis de gênero. Estas práticas educativas realizadas por aqueles que sempre foram exaltados, por suas características masculinas, apresentam-se como forma de colaboração para a equidade nos papéis de gênero, a partir da desconstrução de atividades e tarefas do lar estabelecidas com base no sexo. O gênero está diretamente ligado às práticas educativas dos “pais-jovens” dentro dos lares, pois estas ocorrem em divergência daquelas dos tempos antigos, em que se acentuava características machistas, e o homem era apenas provedor. Desta forma, poder-se-á mitigar a desigualdade de gênero, promovendo maior equidade e efetivação do princípio da paternidade responsável, norma jurídica do Direito.

### Conclusões

Há uma carência de estudos que envolvam as práticas educativas associadas ao gênero no âmbito familiar, principalmente quando desenvolvidas pelos “pais-jovens”. Desta forma torna-se relevante a continuidade de estudos da temática em sua integralidade, de modo a possibilitar o desenvolvimento e aprimoramento desse campo científico.